

## O HOMEM, A CIÊNCIA E A BIOÉTICA

João Rui Duarte Farias Nogueira\*

Rui Pedro Cardoso Loureiro \*

Ernestina M<sup>a</sup> V. Batoca Silva\*\*

*“Estou cada vez mais convencido de que os problemas cuja urgência nos prende à actualidade exigem que nos desprendamos dela para os considerar a fundo”.*

Edgar Morin

### NOTA EXPLICATIVA

Na leccionação da disciplina de bioética ao 1º Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (CPLEESMO) utilizamos os trabalhos de grupo como metodologia participativa dos alunos e foi louvável o seu empenhamento. Discutimos pontos de vista, reflectimos sobre tomadas de decisão dilemáticas... Procuramos desenvolver um espírito crítico e reflexivo na análise das técnicas, tratamentos e cuidados que se prendem com a área da saúde materna e obstétrica, em particular. Acreditamos que os enfermeiros, face à complexidade das situações reais com que se confrontam saberão proteger e defender a vida humana consolidando o “sentido do bem” ou do “dever ser” na acção junto do OUTRO – o utente, os colegas e outros profissionais

Um dos trabalhos recebeu um prémio especial: ser incluído na publicação comemorativa dos 30 anos da Escola Superior de Enfermagem de Viseu. E o trabalho é este - o Homem, a Ciência e a Bioética.

A todos Parabéns!

---

\* Enfermeiro do Hospital São Teotónio S. A, a frequentar o 1º CPLEESMO na Escola Superior de Enfermagem de Viseu

\*\* Professora-Coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Viseu, ISPV, Mestre em Ciências de Enfermagem, Doutoranda em Bioética

## RESUMO

O Homem actual continua com a (e pela) ciência, a gozar das inovações que quase diariamente ela lhe proporciona, a acreditar no seu potencial benéfico, a investir no seu fomento, a aceitá-la como indiscutível e dogmático factor do seu próprio desenvolvimento. Mas o uso de algumas descobertas científicas, vieram demonstrar que a ciência nem sempre se faz a favor, mas algumas vezes contra o Homem.

A ficção tornou-se realidade e ao Homem parece nada ser impossível. Os únicos limites apontados à ciência são os que ela própria encerra, decorrentes de conhecimentos ainda não plenamente desenvolvidos e capacidades ainda não totalmente dominadas. Mas estes limites intrínsecos à ciência afinal são sempre provisórios e ultrapassáveis.

É neste progresso desenfreado que urge dominar, orientar o seu desenvolvimento, o que exige o estabelecimento prioritário de limites nas área de investigação a empreender. O problema do aparente irreprimível progresso científico-tecnológico vem a ser travado pela bioética, entendida então primariamente como um meio de imposição de limites à ciência, através da criação de orientações diversas de pensamento e de acção que determinam modos de pensar e agir, de interpretar e de intervir, às vezes bem distintos entre si, e de normas que regulamentam algumas intervenções.

O problema que se evidencia então como prioritário é o de defender a dignidade do Homem, de preservar a sua identidade face ao perigo eminente da sua artificialização. Exige-se assim uma reflexão sobre a especificidade do ser Homem que venha a possibilitar, com uma legitimidade acrescida fundada na identidade do Homem, o estabelecimento de parâmetros para a intervenção científico-tecnológica. Esta só se justificará na medida em que promova as condições de realização do Homem, que contribua para a perfectibilidade do seu modo de ser e de existir.

## 1 - INTRODUÇÃO

O Homem, a ciência e a bioética..., três realidades completamente distintas e simultaneamente tão próximas. Completam-se, numa arriscada dinâmica de interligações, interdependências e relações muitas vezes conflituosas e dúbias. A ciência evoluiu nas últimas décadas como nunca sequer sonhou que poderia evoluir. A base da relação entre o Homem e a ciência é continuamente ameaçada por novas descobertas, novos caminhos que surgem, novas possibilidades, que indubitavelmente nos fazem

reflectir. Perante isto também a própria ciência se interroga sobre o sentido e limites do seu progresso e pede a contribuição da bioética.

A fonte mais evidente de problemas novos, ainda que não a mais simples de resolver, relaciona-se com os problemas éticos ligados à vida humana e às ciências da vida. É desde o início da vida biológica do ser humano até à sua extinção que surgem problemas. Tudo se passa como se este princípio da vida humana tivesse recuado progressivamente do nascimento à gravidez, da gravidez à fecundação e – no sentido diferente do termo ‘início’ – da fecundação ao genoma dos progenitores. Em sentido inverso, o fim da vida já não se refere apenas ao momento da morte, mas há vivência progressiva da idade avançada, desde a diminuição das faculdades físicas e mentais até à total dependência, desde os cuidados específicos da idade avançada até aos cuidados paliativos e às eventuais decisões acerca do morrer (RENAUD, 2001).

São estas questões que iremos abordar neste artigo, onde mais do que tentar dar respostas, foi nosso objectivo reflectir sobre a posição do Homem face ao binómio Ciência e Bioética.

## **2 - O PROGRESSO CIENTÍFICO E A BIOÉTICA**

A medicina mudou mais nos últimos cinquenta anos que nos cinquenta séculos precedentes. Sucederam-se duas revoluções: a revolução terapêutica que começou em 1937 com as sulfamidas e a revolução biológica que a seguiu de perto com a engenharia genética e patologia molecular. Estas duas revoluções não só diminuiram o sofrimento dos Homens como vieram igualmente colocar novos problemas éticos (BERNARD, 1992).

Na actualidade, como refere BERNARDO (1992), ocorreu uma extraordinária explosão científica e especialmente tecnológica que abalou e perturbou o ritmo da Vida Humana e a capacidade de adaptação a esta terceira revolução comandada pela informática, pela robótica, pela telepática e a biotecnologia. É neste contexto que surge um novo domínio da ética. O progresso já realizado e previsível nos domínios da biologia, e nomeadamente a biologia humana, põe questões e lança grandes desafios à reflexão ética. No campo da genética há amplas perspectivas de novos conhecimentos. As pesquisas, as experiências, as intervenções sobre os genes, os processos de fecundação, a acção sobre o cérebro, a programação e a reorientação da personalidade estão em voga.

Em Fevereiro de 1997, foi anunciado o primeiro caso bem sucedido de clonagem reprodutiva de mamífero, realizada por transferência nuclear a partir de células somáticas do adulto. Este acontecimento fez cair o dogma de irreversibilidade da

diferenciação celular em animais superiores e abriu a nossa imaginação às possibilidades perturbadoras de clonar seres humanos.

Pouco depois, surgiu a possibilidade de desviar o processo de clonagem na sua fase pré-implantatória para a produção de células e tecidos com potencialidade terapêutica. Em Novembro de 1998 foi anunciado o isolamento de células estaminais humanas a partir de embriões e fetos, a possibilidade de as cultivar indefinidamente in vitro sem alteração das suas características e, mais tarde, a sua capacidade de serem indiferenciadas in vitro, de modo a originarem células e tecidos de enorme interesse terapêutico. Em Junho de 2000, o anúncio da sequenciação quase completa do genoma humano veio marcar o início de uma nova forma de fazer biologia e de entender quem somos, como ficamos doentes, e como envelhecemos (OSSWALD, 2001).

Em 2003 sucedem-se as notícias ao nível dos *media* sobre o nascimento de seres humanos clonados.

Perante estas novas possibilidades de pensar a ciência, e o próprio futuro da espécie humana, o meio científico necessitou do contributo da bioética.

Segundo NEVES (2001), a bioética é um dos novos saberes da contemporaneidade que mais tem evoluído. A sua história é extremamente recente, tendo tido início formal e institucional em Dezembro de 1970, quando o oncologista norte-americano Van Rensselaer Potter introduz o neologismo “bioética”, no seu texto “Bioethics the Science of Survival”. No entanto, qualquer que seja o nosso horizonte de reflexão, retomando a história ou recuando à pré-história da bioética é evidente o curto espaço de tempo que medeia entre a total inexistência do que hoje entendemos por bioética e a sua extraordinária divulgação.

SERRÃO (2001), refere que na proposta inicial de Potter, a bioética seria uma nova disciplina do conhecimento humano, na qual se cruzassem os conhecimentos sobre a natureza da vida e sobre a essência de todas as manifestações da vida. O bios contribuía com os dados da biologia científica, estrutural e molecular, da genética, enquanto genoma e fisioma, e outros dados científicos que definem a vida como natureza. O ethos contribuía com os saberes específicos sobre as peculiaridades das diferentes formas de vida construídas com e sobre a natureza – a vida vegetal, a vida animal e a vida humana.

ARCHER (1995) cit. in ANTUNES (1998:13) realça a importância da bioética ao afirmar “o conceito de bioética, tal como foi apresentado por Van Potter (1970), tornou-se avassalador ao abranger não apenas as questões éticas relacionadas com o exercício clínico – a ética em cuidados de saúde – mas também tudo o que interfere com o fenómeno vital”.

De facto, apesar de todas as inovações que a ciência tem proporcionado ao Homem, permitindo-lhe viver mais e melhor, é indiscutível a necessidade de imposição

de limites à sua acção. Consideramos, nesta perspectiva, pertinente a afirmação de OSSWALD (2001:10) ‘perdida a sua inocência nas câmaras de gás de Auschwitz ou no braseiro de Hiroshima, a ciência encara, hoje como nunca antes, o problema da sua fundamentação ética’. Também NEVES (2001) concorda com esta perspectiva, referindo que o irreprimível progresso técnico científico, especialmente o biotecnológico, passa a conhecer limites que lhe são afinal impostos exteriormente pelo Homem, na sua interrogação sobre o dever ser, sobre o dever fazer. A dinâmica do poder que estimula o progresso da ciência cede então ao sentido do dever que constitui a ética.

Conclui-se então que o conhecimento não constitui por si só um valor absoluto, mas que se deverá subordinar invariavelmente às finalidades humanas. Apenas sob esta orientação se poderá vir a assegurar que o desenvolvimento histórico e o progresso científico em particular protagonizem um bem, tomando a preservação do humano como o único referencial universal.

Transdisciplinar na sua estratégia, a bioética pretende descortinar e propor, em cada nova encruzilhada que a biologia abre à Humanidade, caminhos que conduzam à felicidade genuína e sustentável tanto da pessoa como da sociedade (OSSWALD, 2001).

A Declaração de Helsínquia, apresentada pela Associação Médica Mundial, afirma de forma peremptória que os interesses da pessoa humana, nomeadamente os respeitantes à vida e saúde, se sobrepõem aos interesses da ciência. Nesta declaração surge igualmente a noção da imprescindibilidade do respeito pela autonomia e pela dignidade humana. Este consenso não resolve, obviamente, todos os problemas de interpretação e aplicação do princípio fundamental. De facto, a ofensa da dignidade humana, configurada pela experiência cruel, causadora de lesão ou morte, de sofrimento ou perda de função, não é posta em causa; mas há quem questione a dignidade do ser humano em determinados estados da vida (por exemplo no embrionário) ou condições de saúde (por exemplo demência ou estado vegetativo persistente). A Ministra da Saúde da Alemanha, Nida – Rumelin, e o filósofo N. Hoerster defenderam a tese de que a dignidade humana só tem de ser respeitada quando o ofendido está consciente da sua própria dignidade, isto é, tem auto-estima. Hoerster propõe mesmo que a expressão direitos humanos seja substituída pela de direitos pessoais, reservando o conceito de pessoa para os seres humanos capazes de consciência e de auto-estima. As consequências deste conceito são claras: o número dos excluídos do círculo das pessoas seria gigantesco e abrangeria uma parte considerável da Humanidade, incluindo os fetos, os bebés, os débeis mentais, os dementes, os escravizados e oprimidos. De resto, a fundamentação da polémica asserção é extremamente frágil, já que a dignidade humana é um princípio que o Homem se outorga a si mesmo e que só pode sobreviver se for

extensivo a todos os representantes da espécie, por fazer parte da sua essência (OSSWALD, 2001).

A bioética surge assim como uma renovada consciência do dever nas circunstâncias descritas de acelerado progresso biotecnológico. Por isso, ela emerge primeiramente no mundo ocidental, científico - tecnologicamente mais desenvolvido.

No mundo anglo-americano, a bioética começa a ganhar expressão mais cedo do que na Europa continental, devido em parte, ao diferente impacto que “experimentação humana”, tema originário da bioética, obteve em ambos os espaços geográficos.

Antes da experimentação sobre seres humanos desenvolvida pelo regime nazi, já ela se vinha praticando a algumas décadas, sob um modelo bastante semelhante, promovida principalmente por norte-americanos e britânicos. Estes recorriam preferencialmente a doentes mentais, presos e pretos para recrutarem os seus sujeitos de experimentação para projectos que se encontram descritos em vasta bibliografia e que testemunham que, nesta matéria, os alemães nazis não terão sido tão inovadores como algumas consciências gostariam de pensar. Em igual período da história os japoneses procediam a experimentações com seres humanos, não menos cruéis ou em menos escala que os nazis. E mesmo após a elaboração do Código de Nuremberga em 1947, em que se estabeleceram regras internacionais para a legitimação ético - jurídica da experimentação humana, reconhecida como indispensável para o progresso científico, as violações dos direitos humanos neste domínio mantiveram-se, diversificaram-se e, de algum modo, expandiram-se na justa medida em que o nível de conhecimentos biomédicos ia progredindo nos países ocidentais. Os Estados Unidos, por exemplo, continuaram a recrutar sujeitos para experimentações médicas entre os sectores mais dependentes e vulneráveis da população, negligenciando a prática do “consentimento informado”. Foi a sucessiva exposição pública destes procedimentos que veio a contribuir decisivamente para a intensificação do movimento que anunciava a bioética (NEVES, 2001).

Esta vontade de dar um sentido ético à medicina surge também a par da necessidade sentida de aplicar o direito à prestação médica. Tendo como exponencial máximo os Direitos do Homem, o direito procura legalizar e criar normas que regulamentem algumas intervenções. Assim, não podemos deixar de referenciar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, que ao longo da sua história foi de uma importância vital para o Ser Humano. Na contínua procura de salvaguarda desses Direitos, mais recentemente, em 1996, o Comité de Ministros do Conselho da Europa adoptou a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano relativamente às aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os

Direitos do Homem e a Biomedicina. Esta convenção foi rectificada e promulgada em Portugal em 2001.

A Bioética, actualmente debate-se com a mais difícil conquista, a de si própria, da sua natureza e desígnio. Partilhamos da opinião de NEVES (2001) ao afirmar que a continuação do sucesso da bioética dependerá da fidelidade à sua intencionalidade originária no protagonizar do espírito humanista, num contexto particularmente desumanizante como é o científico -tecnológico ou o económico-financeiro, e no corroborar a natureza ética da sua reflexão, tanto mais relevante quanto cada vez mais o Homem desafia a sua condição natural encontrando-se mais amplamente entregue à sua acção.

### 3 - CONCLUSÃO

A Bioética é uma nova abordagem de carácter pluridisciplinar que procura tomar decisões à luz dos valores éticos para uma gestão responsável da pessoa Humana, da sua vida e da sua morte no mundo em que os progressos técnicos permitem uma intervenção cada vez maior no biológico. Assim, a Bioética surge como uma nova expressão do Humanismo, isto é, como uma nova modalidade de valorização e protecção do Humano. Simultaneamente estuda também os problemas que esse progresso suscita quer ao nível micro-social quer ao nível da sociedade global e as repercussões que esse progresso tem sobre a sociedade e seu sistema de valores. É pois uma troca de saberes que encarando a vida numa perspectiva ética questiona o sentido do progresso quando confrontado com a dignidade da pessoa.

Na realidade o progresso dos conhecimentos científicos é um bem. Representa uma resposta do Homem ao apelo que lhe está inerente de ser cocriador do Mundo. Conhecer, investigar, interrogar-se sobre a origem das coisas e de si próprio faz parte do exercício da liberdade que integra a essência da humanidade (BISCAIA, 2003).

A bioética poderá ser no futuro a verdadeira ciência da preservação da identidade do Homem e da sobrevivência da vida, se persistir em ser uma ética, um aprofundamento do sentido do bem ou do dever na acção Humana. Assim sendo, não podemos prescindir da bioética sob o risco de sucumbir frente aos novos poderes e de nos demitirmos do nosso destino (NEVES, 2001).

Se não tivermos presente esta perspectiva, o progresso científico pode conter o germen de uma corrosão interna que acabará certamente por desvirtuar o próprio Homem. Isto só não acontecerá se ele se mantiver ao serviço da vida Humana considerada não unicamente como vida biológica mas como vida relacional e por isso vida da pessoa (BISCAIA, 2003).

**BIBLIOGRAFIA**

- ANTUNES, Alexandra – Consentimento informado. In NUNES, Rui; SERRÃO, Daniel – *Ética em cuidados de saúde*. Porto: Porto Editora, 1998. ISBN 972-0-06033-6. p. 13-19.
- BERNARD, Jean – Evolução da ética e da biologia. *Acção Médica*. Porto: Associação dos Médicos Católicos Portugueses. Nº 3 (1992), p. 29-32.
- BERNARDO, O. P. – Perspectivas sobre bioética. *Acção Médica*. Porto: Associação dos Médicos Católicos Portugueses. Nº 3 (1992), p. 33-40.
- BISCAIA, Jorge – Bioética e saúde. *Acção Médica*. Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses. Nº 1 (2003), p.9-15.
- NEVES, M. Patrão – A bioética de ontem, hoje e amanhã: interpretação de um percurso. In ARCHER, Luís [et al.] – *Novos desafios à bioética*. Porto: Porto Editora, 2001. ISBN 972-0-06036-0. p. 20-30.
- OSSWALD, W. – A bioética de ontem, hoje e amanhã: interpretação de um percurso. In ARCHER, Luís [et al.] – *Novos desafios à bioética*. Porto: Porto Editora, 2001. ISBN 972-0-06036-0. p. 9-12.
- RENAUD, Michel – A bioética de ontem, hoje e amanhã: interpretação de um percurso. In ARCHER, Luís [et al.] – *Novos desafios à bioética*. Porto: Porto Editora, 2001. ISBN 972-0-06036-0. p. 13-19.
- SERRÃO, Daniel – A ética e os valores em saúde: o desenvolvimento humano e a prestação de cuidados. *Acção Médica*. Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses. Nº 1 (2001), p. 5-15.